



EMAIE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual e as correspondentes Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

Em substituição aos chamados Contratos Iniciais assinados em 1999, a Lei nº 10.848 e o Decreto nº 117, ambos de 2004, instituíram os novos ambientes para a concessão de energia elétrica incluindo a realização de leilões. Em dezembro de 2004 ocorreu o primeiro leilão de venda às distribuidoras, com volumes e preços de energia válidos a partir de 2005, tendo a EMAE colocado toda sua disponibilidade de energia de origem hidráulica.

Em decorrência da redução dos Contratos Iniciais, dos baixos preços de energia obtidos no Leilão de 2004 (comparativamente aos preços praticados nos Contratos anteriores) e da inviabilidade temporária de se colocar no mercado sua energia de origem térmica, a EMAE enfrentou em 2005 forte redução de seu faturamento.

Dado este contexto e na busca de melhores condições de operação, a EMAE tem se empenhado na modernização de suas unidades geradoras, tendo ampliado a potência instalada da UHE Porto Góes em 13 MW, cuja operação comercial foi autorizada pela ANEEL no final do mês de novembro de 2005.

A atratividade das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs tem aumentado significativamente em função de sua potencialidade de aumento da oferta de energia com baixo impacto ambiental. Nesse sentido, a EMAE intensificou, ao longo do ano, estudos e obras objetivando expandir a sua oferta de energia hidroelétrica a curto e médio prazos mediante a expansão das PCHs existentes e de novos empreendimentos.

Esse esforço compreendeu a autorização da ANEEL, já obtida, para o estudo de inventário do potencial hidroelétrico remanescente no Rio Tietê, no trecho entre a confluência do Rio Pinheiros e o reservatório de Barra Bonita sendo que já podemos destacar os aproveitamentos de Pirapora, com cerca de 25 MW e a Barragem Edgard de Souza, com mais 11 MW.

Em 2005 permaneceram as restrições à maior geração assegurada de energia impostas a UHE Henry Borden, por razões de cunho ambiental. Continuam em desenvolvimento as negociações entre o Ministério Público, o Governo do Estado de São Paulo e os empreendedores no sentido de retomar a implantação de duas estações de tratamento do sistema denominado "Flotação em Fluxo" que visa à melhoria da qualidade das águas afluentes da bacia do Alto Tietê e Canal Pinheiros, processo que possibilitará o bombeamento de água para o reservatório Billings de forma a aumentar seu volume útil de armazenamento e o consequente aumento da capacidade de geração da UHE Henry Borden em até 59 MW médios.

Em novembro de 2005 a EMAE obteve aprovação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente para o Plano de Trabalho do EIA-RIMA relativo à etapa final do citado projeto, que prevê a implantação de outras cinco estações de tratamento ao longo dos 25 Km do Canal Pinheiros e possibilitará bombeamento de água para o Reservatório Billings suficiente para adicionar 239 MW médios à capacidade de produção da Usina Henry Borden.

O projeto em questão, além de proporcionar maior oferta de energia, vai despoluir o Canal Pinheiros, melhorará a qualidade da água utilizada para abastecimento público do Reservatório Billings e na Baixada Santista, reduzirá os efeitos provocados pela cinza salina do Rio Cubatão e a carga poluidora no Médio Tietê.

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Presidente do Conselho de Administração

II. O SETOR ELÉTRICO

O modelo atual do setor elétrico, instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, permite que as transações de energia sejam realizadas em dois ambientes: o ACR - Ambiente de Contratação Regulada, mediante leilões para o mercado cativo das distribuidoras e o ACL - Ambiente de Contratação Livre para a comercialização livre, particularmente, com os consumidores livres optantes.

Em 2005 foram realizados três leilões de energia existente, produzida por usinas em operação e que possuíam contratos anteriores de venda, nos moldes do primeiro leilão ocorrido em dezembro de 2004, e um Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, que apresentou maior parcela da energia comercializada oriunda de usinas térmicas e pequena participação de empresas privadas. Os leilões objetivaram atender a demanda futura das distribuidoras do país.

O mercado brasileiro de fornecimento de energia elétrica, acumulado de janeiro a outubro, apresentou crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período de 2004, sinalizando tendência de retração no seu ritmo de expansão, conforme relatório de Estatística Mensal do Mercado Realizado - Dezembro, da EPE - Empresa de Pesquisa Energética (base: outubro de 2005). Este resultado está influenciado pelo fraco desempenho da classe industrial que, representando 45% do mercado brasileiro, apresenta tendência de retração desde o primeiro trimestre do ano, com um crescimento acumulado de janeiro a outubro de 2,8% contra o mesmo período de 2004. Em contrapartida, a classe residencial, após apresentar crescimentos extremamente baixos durante o período do racionamento voltou a apresentar expansão comparável ao seu histórico, com um resultado acumulado até outubro de 5,2%. A classe comercial, no mesmo período, cresceu expressivos 7,2%, mantendo a trajetória de crescimento acima do registrado pelas demais classes.

No Estado de São Paulo, em 2005, o consumo de energia elétrica registrou um acréscimo de 3,8% sobre o consumo no ano anterior. Nas principais classes de consumo verificaram-se os seguintes comportamentos:

- A classe industrial, com participação de 46,2% do mercado total do Estado cresceu 2,8% sobre o ano de 2004.
- O segmento residencial, com 25,1% de participação do mercado total do Estado, registrou um crescimento de 5,2% sobre o ano anterior.
- A classe comercial, com uma representação de 17,2% do mercado total do Estado, apresentou um acréscimo de 4,4% em relação ao ano de 2004.

A capacidade instalada das principais concessionárias de geração no Estado de São Paulo, em 2005, foi de 14.508,65 MW, correspondendo a aproximadamente 17,9% do total da capacidade instalada no Brasil. A EMAE possui uma capacidade instalada de 1.410,2 MW, respondendo por cerca de 9,7% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 1,7% do Brasil.

No ano de 2005, a geração de energia elétrica no Estado de São Paulo foi de 64.503 GWh (62% das necessidades do Estado) representando um acréscimo de 5,02% sobre o total gerado no mesmo período de 2004.

III. A EMAE E SEU MERCADO

SISTEMA ENERGÉTICO OPERADO PELA EMAE

O sistema hidroenergético do Alto Tietê, sob concessão da EMAE, tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que está localizado. Construído ao longo da primeira metade do século passado com o objetivo principal de gerar energia, foi assumido, ao longo do tempo, outros importantes usos como a reservação de água para abastecimento público, o controle de cheias, o saneamento da bacia e o lazer. Este sistema está centrado na Usina Hidroelétrica - UHE Henry Borden e nos reservatórios Billings e Pedras, que a abastecem. Consiste, também, na Estrutura de Retiro e nas usinas elevatórias de Traição e Pedreira, localizadas no Canal Pinheiros e nas barragens de Pirapora e Edgard de Souza, localizadas no Rio Tietê, as quais estão sendo objeto de estudos técnicos visando a instalação de unidades de geração de energia. Compõe também o sistema o Reservatório do Guarapiranga, destinado ao abastecimento público e ao controle das cheias de sua bacia.

Apesar das restrições à maior geração assegurada de energia atualmente impostas à UHE Henry Borden, por razões ambientais, essa usina mantém-se como de grande importância no aumento da confiabilidade operacional do Sistema Interligado Brasileiro. Com efeito, nas grandes perturbações ocorridas em 11 de março de 1999 e em 21 de janeiro de 2002 a Usina Henry Borden, por se tratar de uma usina de auto-estabelecimento e em atendimento aos procedimentos operacionais previamente definidos em Normas e Instruções de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, foi a responsável pela recomposição fluente da Área 6 da região Sudeste, a qual é formada pela Usina Henry Borden e tronco de transmissão associado, alimentando cargas prioritárias da Cidade de São Paulo e ajudando a agilizar o processo de recomposição do Sistema Elétrico.

A EMAE dispõe, ainda, no Médio Tietê, de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus e a UHE Porto Góes, no município de Saltão. No Vale do Paraíba está instalada a UHE Isabel, no município de Pindamonhangaba.

A EMAE é também proprietária da Usina Termoeletrica Piratininga localizada na Região Metropolitana de São Paulo. Em março de 2001 a caldeira da Unidade 1 começou a operar com gás natural, em substituição ao óleo combustível, sendo a precursora em nível nacional no uso deste tipo de combustível, considerado o porte do equipamento. Em um sistema de produção de energia elétrica predominantemente hidráulico como o brasileiro, essa usina vem mostrando, ao longo do tempo, sua importância nos momentos de baixa hidraulicidade, como complemento às necessidades energéticas do país. Em 2001, por exemplo, durante o racionamento de energia, a Usina demonstrou mais uma vez estar pronta a atender às necessidades do Sistema Interligado Nacional. Suas duas unidades de 100 MW cada, com operação iniciada em 1954 e outras duas de 136 MW cada, de 1960, determinando uma capacidade instalada de 472 MW, possibilitaram a geração de 1.917.372 MWh naquele ano, produção recorde considerado seus últimos 30 anos de operação, demonstrando que o planejamento das atividades e os investimentos aplicados em melhorias da planta (automação, resfriamento e redução de emissões) foram adequados ao momento de exigência do sistema elétrico, possibilitando melhorias em período crítico de demanda de energia.

Finalmente, além dessas usinas, a EMAE tem participação na Usina Termoeletrica Nova Piratininga, com 400 MW de potência instalada, também movida a gás natural, implantada em parceria estratégica com a Petrobras.

DIFERENCIAL ESTRATÉGICO

O parque gerador da EMAE encontra-se estrategicamente localizado junto a duas das mais importantes regiões metropolitanas do país, a de São Paulo e a da Baixada Santista, dispensando o uso de extensas linhas de transmissão para o transporte dessa energia, com o consequente aumento do grau de confiabilidade desse suprimento, como demonstrado nos eventos sucintamente relatados no item anterior.

MERCADO ATENDIDO PELA EMAE EM 2005

O ano de 2005 marcou o encerramento dos chamados "Contratos Iniciais", celebrados entre as geradoras e as distribuidoras em 1999. Esses contratos foram idealizados para permitir a transição de um modelo fortemente regulado que vigorava até então, para um modelo de livre competição que, a partir das diretrizes definidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ficou restrito aos segmentos de geração e comercialização de energia. Para a EMAE, os "Contratos Iniciais" somaram 420 MW médios entre 1998 e 2002, reduzindo-se em 25% em 2003, totalizando 315 MW médios. Em 2004, um aditamento desses contratos com as distribuidoras possibilitou a venda de 372 MW médios. Finalmente, em 2005 esses contratos ficaram reduzidos à apenas 25% do originalmente

contratado, totalizando 105 MW médios.

No âmbito desse novo ambiente regulatório, a EMAE iniciou, em 2005, o fornecimento de energia para 34 distribuidoras do Brasil, totalizando 85 MW médios, sob o título de COEAR'S - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado. Esse fornecimento foi resultado da participação da Empresa no primeiro "Leilão de Energia Existente" realizado em dezembro de 2004 e refere-se ao período de 2005 a 2012, comercializada a R\$ 60,84 por MWh. Nesse mesmo Leilão, a EMAE comercializou 33 MW médios para o período 2006-2013 a R\$ 69,21 por MWh e 5 MW médios para o período 2007-2014 a R\$ 75,75 por MWh.

Também durante 2005 a EMAE vendeu a consumidor livre 5 MW médios a R\$ 51,61 por MWh para o período de 01/01/2005 a 31/12/2005.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÃO DA EMAE NOS LEILÕES DE ENERGIA

Em 2005 foram realizados quatro leilões de energia que objetivaram atender a demanda futura das distribuidoras do país, no denominado ACR - Ambiente de Contratação Regulada. Três desses leilões foram destinados exclusivamente à chamada "Energia Existente" e um ao Leilão de "Energia Nova", no qual foi permitida a participação de usinas existentes denominadas "Botox".

A EMAE não participou do segundo leilão de energia existente, realizado no dia 03 de abril, onde foram negociados 1.325 MW médios, a um preço médio de R\$ 83,13 por MWh para o produto com entrega entre 2008 a 2015. O outro produto a ser comercializado, com entrega a partir de 2009, não apresentou vendedores.

O terceiro e quarto leilões de energia existente foram realizados no dia 11 de outubro de 2005. O terceiro leilão visava negociar contratos de 2006 a 2008 e resultou na venda de 102 MW médios a um preço final médio de R\$ 62,95 por MWh, atendendo 100% da demanda das distribuidoras para o período. Nesse leilão a EMAE vendeu 3 MW médios a um preço de R\$ 63,24 por MWh, energia referente às sobras da aplicação do chamado MCS - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos. O quarto leilão negociou contratos de 2009 a 2016, a um preço médio de R\$ 94,91 por MWh. Foi negociado um volume total de 1.166 MW médios e atendeu a cerca de 60% da demanda das empresas de distribuição, restando descontratados cerca de 803 MW médios de carga. Nesse leilão a EMAE vendeu 3 MW médios a um preço de R\$ 96,00 por MWh, também originados da aplicação do MCS.

Finalmente, em 16 de dezembro de 2005, ocorreu o primeiro leilão de "Energia Nova", o qual resultou na contratação de 3.286 MW médios, dos 5.434 MW médios disponibilizados pelos geradores. O resultado final deste leilão significou, para as geradoras, preços médios de R\$ 106,95 por MWh para contratos iniciados em 2008, R\$ 113,89 por MWh para contratos iniciados em 2009 e R\$ 114,83 por MWh para contratos iniciados em 2010, todos com duração de 30 anos. No caso das usinas térmicas, os valores médios ficaram em R\$ 132,26 por MWh para 2008, R\$ 129,24 para 2009 e R\$ 121,81 por MWh para 2010, com duração de 15 anos. Nesse leilão, a EMAE participou com a energia da recém-instalada unidade nº 3 da UHE Porto Góes, vendendo 1 MW médio para o produto 2008 a 2037, a R\$ 116,00 por MWh, 1 MW médio para o produto 2009 a 2038, a R\$ 116,00 por MWh e 8 MW médios para o produto 2010 a 2039, a R\$ 115,99 por MWh.

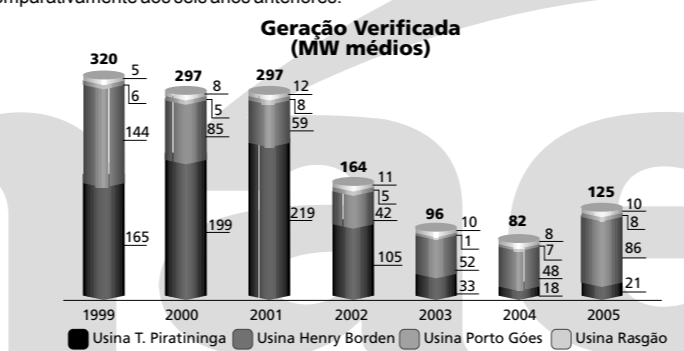
Nos leilões citados, a participação da EMAE limitou-se à oferta de energia da parcela de sua disponibilidade de origem hidroenergética. Embora a UTE Piratininga pudesse fazer ofertas nos "Leilões de Energia Existente", essa participação não se concretizou em venda devido ao fato de os preços negociados resultarem incompatíveis com o custo de produção da usina.

No caso do leilão de "Energia Nova" que resultou em preços mais atrativos para as termoelétricas, a UTE Piratininga não fazia parte dos empreendimentos possíveis para habilitação.

DESEMPENHO DA EMAE

A EMAE opera as usinas UHE Henry Borden e UTE Piratininga, obedecendo ao despacho centralizado comandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela operação otimizada do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 2005, as usinas da EMAE produziram 120 MW médios, montante 52% superior ao verificado em 2004. No quadro a seguir estão discriminadas as gerações verificadas, comparativamente aos seis anos anteriores:



A geração mais elevada na UTE Piratininga em relação a 2004 ocorreu em função de demandas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, em decorrência de despacho motivado por restrições elétricas. Mantive-se a estratégia de menor consumo de combustível em função da redução da cobertura da Conta de Consumo de Combustíveis, aliada à melhor situação hidrológica do Sistema Interligado Nacional - SIN no ano de 2005, que exigiu um montante reduzido de despacho de usinas térmicas por restrições energéticas. Em 31/12/05, foi definitivamente extinto o reembolso de combustíveis através da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC/Eletobras, conforme estabeleceu a Resolução ANEEL nº 261, de 13 de agosto de 1998.

A geração mais elevada na UHE Henry Borden deve-se às solicitações do ONS para redução de déficits de geração no SIN e foi possível devido à situação favorável de armazenamento do Reservatório Billings.

HI DROLOGIA

Os índices pluviométricos e as vazões afluentes ao sistema Tietê-Pinheiros, operado pela EMAE, apresentaram, no ano de 2005, valores ligeiramente superiores às médias históricas.

A chuva média acumulada em 2005 foi de 1.499 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, 5,6% superior aos valores históricos. As vazões afluentes aos reservatórios Billings e Pedras, responsáveis pela alimentação da Usina Henry Borden, também superaram a média histórica em 6,2% em 2005. Com isso, o Reservatório Billings, que iniciou 2005 com 63% de seu volume útil, atingiu o máximo de 76% em fevereiro e encerrou o ano com armazenamento de aproximadamente 70%.

O bombeamento das águas dos Rios Tietê e Pinheiros para o Reservatório Billings é feito em conformidade com a Resolução Conjunta SEE-SMA-SRHSO nº 00846, emitida em 20/03/2005, após o processo de análise e aprovação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. A utilização de tecnologia mais moderna, mediante a instalação de turbinas movidas a gás e recuperadores de calor, substituindo as caldeiras orgânicas, trouxe grandes vantagens para a EMAE e para a sociedade, em razão da significativa melhoria ambiental obtida. Os benefícios são:

- aumento da oferta de energia;
- melhoria da qualidade do ar;
- operação com baixo nível de ruído; e
- garantia da permanência de uma usina de energia, moderna, junto à maior cidade do Brasil.

SISTEMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS AFLUENTES AO CANAL PINHEIROS

Visando viabilizar a implantação de um sistema que possibilite a melhoria das águas afluentes da bacia do Alto Tietê e Canal Pinheiros foi assinado, em 2001, um Convênio entre a EMAE, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB que resultou na definição da tecnologia denominada "Flotação em Fluxo". A medida visa atender ao artigo 46º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. A intenção da legislação é a preservação do manancial implicando, necessariamente, na exigência da melhoria da qualidade das águas a serem lançadas no reservatório através do sistema de reversão.

A utilização de tecnologia mais moderna, mediante a instalação de turbinas movidas a gás e recuperadores de calor, substituindo as caldeiras orgânicas, trouxe grandes vantagens para a EMAE e para a sociedade, em razão da significativa melhoria ambiental obtida. Os benefícios são:

- aumento da oferta de energia;
- melhoria da qualidade do ar;
- operação com baixo nível de ruído; e
- garantia da permanência de uma usina de energia, moderna, junto à maior cidade do Brasil.

SISTEMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS AFLUENTES AO CANAL PINHEIROS

Visando viabilizar a implantação de um sistema que possibilite a melhoria das águas afluentes da bacia do Alto Tietê e Canal Pinheiros foi assinado, em 2001, um Convênio entre a EMAE, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB que resultou na definição da tecnologia denominada "Flotação em Fluxo". A medida visa atender ao artigo 46º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. A intenção da legislação é a preservação do manancial implicando, necessariamente, na exigência da melhoria da qualidade das águas a serem lançadas no reservatório através do sistema de reversão.

SISTEMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS AFLUENTES AO CANAL PINHEIROS

Visando viabilizar a implantação de um sistema que possibilite a melhoria das águas afluentes da bacia do Alto Tietê e Canal Pinheiros foi assinado, em 2001, um Convênio entre a EMAE, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB que resultou na definição da tecnologia denominada "Flotação em Fluxo". A medida visa atender ao artigo 46º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. A intenção da legislação é a preservação do manancial implicando, necessariamente, na exigência da melhoria da qualidade das águas a serem lançadas no reservatório através do sistema de reversão.

A instalação do sistema de flotação, em parceria com a Petrobras, já dispõe de duas estações de tratamento, localizadas nos cinco quilômetros finais do Canal Pinheiros, que terão capacidade de tratar uma vazão de 10m³/s, correspondendo a uma geração adicional de 59 MW médios na Usina Henry Borden, em Cubatão. Essa primeira etapa de despoluição das águas, cujas obras foram concluídas em meados de 2003, permitirá a obtenção de subsídios técnicos ao projeto de despoluição, que se pretende implantar ao longo de todo o Canal.

No momento, o projeto está suspenso em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, acatada em primeira instância e em fase recursal. Entretanto, encontra-se em andamento as negociações para celebração de um acordo entre o Ministério Público, o Governo do Estado de São Paulo e os empreendedores, visando uma composição que permita a retomada do empreendimento.

Em paralelo a essas negociações, foi protocolada pela EMAE, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Plano de Trabalho para execução do EIA-RIMA do empreendimento para a etapa final do projeto, que prevê a implantação de mais cinco estações de tratamento, a serem constituídas ao longo dos 25 Km do Canal Pinheiros, com capacidade para tratar mais 40m³/s, e adicionar 239 MW médios na Usina de Henry Borden. O referido Plano foi aprovado em novembro de 2005.

Além da despoluição do Canal Pinheiros, o projeto vai trazer outros benefícios, como a melhoria da qualidade da água a ser utilizada para abastecimento público no reservatório Billings e na Baixada Santista, aumento da oferta de energia, redução dos efeitos provocados pela cinza salina no Rio Cubatão e redução da carga poluidora encaminhada para a região do Médio Tietê.

PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS - PCHS

No atual cenário do setor elétrico, a expansão da demanda de energia, o baixo impacto ambiental e o benefício tarifário das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs aumentaram significativamente a atratividade destas usinas. Neste enfoque, foram intensificados, ao longo do ano, estudos e obras objetivando expandir a oferta de energia elétrica a curto e médio prazo, através da expansão das Pequenas Centrais Hidroelétricas existentes e o investimento em novos empreendimentos.

Através do Despacho ANEEL 1.683 de 28/10/2005 foi aprovado o estudo de inventário do potencial hidroelétrico remanescente do rio Tietê, no trecho entre a confluência do rio Pinheiros e o reservatório de Barra Bonita. Dentre os diversos aproveitamentos já identificados, sobressaem o de Pirapora, com cerca de 25 MW, na barragem e reservatório já existentes, e a instalação de unidade geradora na Barragem Edgard de Souza, com cerca de 11 MW. Nessa linha, foi concluído o projeto básico para implantação da usina na Barragem de Pirapora, que inclui a execução de estudos sobre a formação de espumas na barragem, comprovando a melhora desse quadro na cidade de Pirapora do Bom Jesus. O projeto básico foi aprovado pela ANEEL e o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) foi aprovado pelo órgão ambiental, tendo sido emitida a Licença Ambiental Prévia (LP) nº 00869, de 10/08/2005.

A Resolução ANEEL 225 de 06/05/2003 autorizou a ampliação da potência da UHE Porto Góes em 13 MW. As obras foram iniciadas em 13/01/2003 e em 29/03/2005 foi iniciada a operação em teste da unidade geradora 3 da UHE. A partir de 22/11/2005, através do Despacho ANEEL 1.912 de 22/11/2005, foi iniciada a operação comercial dessa unidade.

OUTROS INVESTIMENTOS

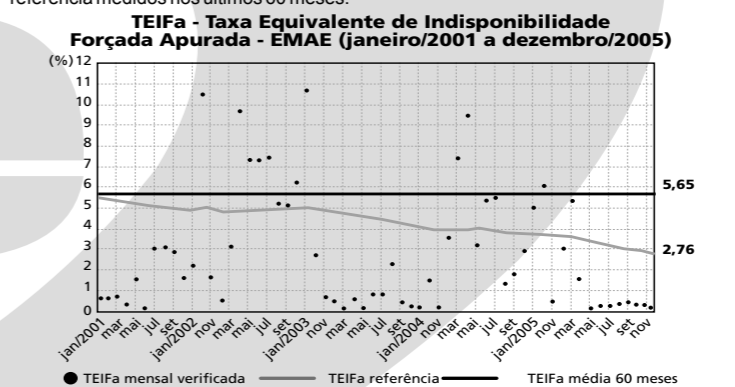
Durante o ano, outros investimentos foram feitos com o objetivo de manter e/ou melhorar o desempenho dos equipamentos. Entre os principais investimentos, se destacam:

- Instalação de nova Estação de Tratamento de Água Desmineralizada para a UTE Piratininga;
- Instalação de novos rotores nas turbinas da UHE Rasgão;
- Transferência da Sala de Controle Elétrica da UTE Piratininga;
- Projeto básico para reforço da estrutura de concreto da Barragem Reguladora Billings - Pedras;
- Recuperação estrutural da Usina Elevatória de Traição;
- Projeto de obras de contenção do encrocamento do canal de fuga da UHE Henry Borden Subterrânea;
- Aquisição de Sistema de Retirada de Lixo da Tomada de Água da UHE Porto Góes;
- Aquisição de equipamentos e componentes para automação da UHE Rasgão.

MELHORIAS NO SISTEMA ELÉTRICO

TAXA DE DESEMPENHO DAS UNIDADES GERADORAS

A tabela a seguir mostra o desempenho das unidades geradoras com índices abaixo da referência medidos nos últimos 60 meses.



A EMAE tem conseguido estes resultados em função do esforço das equipes de manutenção, com planejamento adequado, além de melhorar a produção dos serviços realizados com recursos próprios, atingindo excelente nível de qualidade.

Outro fator determinante que colaborou com os resultados foram os treinamentos e a certificação de todos os operadores, durante este período.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO TURBOGERADOR

Foi concluído em outubro de 2005, com a sincronização ao Sistema Interligado, atendendo despacho do ONS, a manutenção do turbogerador número 1 (100 MW), da Usina Termoeletrica Piratininga, realizada de forma inédita pelo porte da intervenção, com aplicação de recursos próprios na engenharia e execução e supervisão das atividades de manutenção durante dois anos, evitando a contratação de serviços de terceiros, consequindo redução de custos da ordem de R\$ 3,5 milhões.

V. GESTÃO PELA QUALIDADE

RE-CERTIFICAÇÃO ISO 9001-2000 NO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM MANUTENÇÃO

O Centro de Excelência em Manutenção - CEM, da EMAE, após completar o primeiro ciclo de certificação no período de 01/10/2002 a 01/10/2005 obteve, em 01/11/2005, a re-certificação ISO-9001, versão 2000.

A auditoria de re-certificação realizada pela entidade certificadora DET NORSE VERITAS - DNV, nos dias 31/10 e 01/11/2005, conferiu ao CEM um novo ciclo iniciado em 01/11/2005 e previsto até 01/10/2008, sendo evidenciado o êxito do Sistema de Gestão da Qualidade, comprovando que o objetivo da melhoria da qualidade dos serviços prestados a seus clientes internos e externos, mediante a padronização dos processos e dos custos de manutenção, continua sendo atingido.

O escopo da certificação ISO-9001-2000 do CEM é a "Prestação de Serviços de Manutenção em Equipamentos Eletromecânicos, Eletrônicos e de Instrumentação". Para tal, sua estrutura é dotada de equipes de colaboradores altamente especializados e de diversos equipamentos de alta precisão, que atendem as necessidades internas da EMAE e prestam serviços às empresas do mercado com qualidade e competitividade.

IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001-2000 NAS USINAS HENRY BORDEN EXTERNA E SUBTERRÂNEA

No dia 15 de março de 2005 a Unidade de Produção Henry Borden completou o processo de implantação da Certificação ISO 9001-2000. A Certificação foi concedida pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini e tem o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços, padronizar os processos, reduzir os prazos de atendimento e os custos de manutenção.

A Certificação foi o ponto alto de todos os eventos que tinham como foco o incremento da qualidade e criação de grupos de melhorias que a Usina participou. Os mais relevantes foram o "PQU" - "Programa de Qualidade da Área de Usinas", iniciado em 1993, seguido do "Programa 5 S", em 1996 e o "PQT" - "Programa de Qualidade Total", de 1997, que englobou as ações já implantadas, todas com total apoio da Diretoria Técnica, tendo em vista um novo salto de qualidade visando a futura implantação da TPM (Total Productivity Maintenance) ou IPT (Manutenção Produtiva Total) nas Usinas, ainda em atividade.

O escopo da Certificação da Usina é "desenvolvimento, manutenção e operação de instalações e estruturas hidroelétricas". Foi certificada, na versão 2000, toda a planta da Unidade de Produção Henry Borden inclusive o Sistema de Gestão da Qualidade de todo o processo produtivo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo de 2005, seguindo tendências tecnológicas mundiais, a EMAE implementou no ambiente cliente - servidor o Sistema de Gestão de Controle de Serviços - SGCS, para controle e quantificação dos serviços do Centro de Excelência da Manutenção.

continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
 CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
 http://www.emae.sp.gov.br

**SECRETARIA DE ENERGIA,
 RECURSOS HÍDRICOS E
 SANEAMENTO**



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES E DESPACHANTES

O Programa tem como principal objetivo certificar os Operadores e Despachantes ativos perante o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, assegurando que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o pleno desenvolvimento de suas atividades e contribuam, significativamente, para a melhoria dos serviços públicos prestados. No ano de 2001 foram fornecidos 208 certificados com validade de três anos e em 2004 o Programa de Recertificação concedeu 233 novos certificados.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

Implementado em 1999, o Programa é desenvolvido com base nas premissas estabelecidas pela administração da Empresa, destinado aos gerentes, coordenadores, supervisores, engenheiros, técnicos e empregados identificados com potencial para assumir postos gerenciais.

PROGRAMA DE BOLSA DE ESTUDOS

O Programa de Concessão de Bolsa de Estudos tem como objetivo facilitar, por meio de subsídio, a formação escolar dos empregados que frequentam cursos pagos (de 1º e 3º graus), aprovados pelo Ministério da Educação, que comprovam a aprovação no ano letivo. Em 2005, ano de sua implementação, foram contemplados 93,5% das solicitações.

ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO

O Programa Estágio Curricular Remunerado, implementado em 2000, é destinado a estudantes de nível universitário e de nível técnico, visando proporcionar-lhes a oportunidade para complementar sua formação escolar. Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio-refeição e assistência médica-hospitalar/laboratorial. O Programa, desde a sua implantação, já recebeu 174 estagiários, sendo que no ano de 2005 foram preenchidas 35 vagas.

PROGRAMA PARA MENORES APRENDIZES DO SENAI

No período de 2000 a 2005, em conformidade com o Decreto nº 10.097 de 19/12/2000, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e cumprindo o seu papel social, a EMAE propiciou a oportunidade de ensino profissionalizante e qualificação a 49 menores aprendizes, estudantes dos cursos mantidos pelo sistema SENAI e compatíveis com as atividades desenvolvidas na Empresa, sendo que em 2005 a Empresa possuía 16 contratos de aprendizagem.

SAÚDE

NO ÂMBITO PREVENTIVO

A EMAE realiza, anualmente, campanha interna de vacinação anti-gripal, voltada a todos os seus empregados.

Em 2005 foi realizada a campanha de prevenção e combate à hipertensão através da medição da pressão arterial dos empregados, com distribuição de prospectivos explicativos diversos, orientação sobre obesidade, estresse, diabetes, tabagismo e conservação auditiva. Além disso, foi estabelecido o Informe Saúde Ocupacional, mais um canal direto de comunicação com os empregados.

ATENDIMENTOS MÉDICOS

Foram computados no período de 2000 a 2005, 19.703 atendimentos nos ambulatórios de São Paulo e Cubatão, representando uma média anual de 3.283 atendimentos.

A área de Saúde Ocupacional adquiriu, em 2005, um desfibrilador e promoveu o treinamento necessário para a sua utilização.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS

Com o objetivo de prevenir o desenvolvimento da dependência de álcool e outras drogas e integrar o dependente no contexto familiar, trabalho e comunidade, através do resgate da cultura de hábitos saudáveis e da promoção da saúde e da qualidade de vida, este Programa atende empregados da Empresa e de contratadas e integrantes do Programa Emergencial do Auxílio Desemprego, além de seus respectivos familiares.

PROGRAMA DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Tem a finalidade de aproveitar a capacidade de trabalho do empregado que, impossibilitado de exercer plenamente as tarefas de seu cargo, por causa de acidente de trabalho ou doença, ligada ou não à atividade profissional, esteja apto a se dedicar à Empresa em outras funções, do mesmo cargo ou de outro, respeitando-se as limitações físicas, emocionais e mentais dos empregados.

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

O serviço de Acompanhamento Psico-social atende problemáticas relacionadas a conflitos grupais ou de ordem comportamental de empregados. Orienta os gestores na conduta adequada ao gerenciamento do problema específico. Faz os encaminhamentos necessários dos empregados tais como: atendimento psicológico, psiquiátrico, clínicas de tratamento para dependência química, etc.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O Programa Bem Me Quero, concebido em 2002, propiciou a oportunidade aos empregados, mediante uma reflexão pessoal, de traçar um programa de melhoria de seu estilo de vida.

Dentre todas as atividades desenvolvidas, destaca-se a ginástica laboral que era composta de duas sessões semanais, com duração de quinze minutos cada e eram realizadas no próprio local de trabalho.

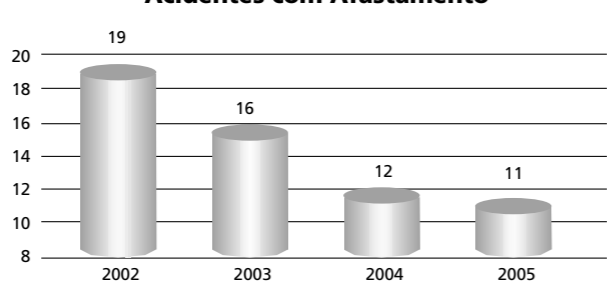
SEGURANÇA DO TRABALHO

Com foco na prevenção de acidentes e visando o bem estar dos colaboradores e prestadores de serviços, a equipe de Segurança do Trabalho desenvolveu atividades rotineiras de inspeções nas instalações da EMAE com elaboração de relatório técnico, destacando-se as seguintes atividades:

- Controle mais efetivo das prestadoras de serviço;
- Controle de Estatística de Acidentes EMAE e Empreiteiras atualizadas e disponíveis para estudos de melhorias;
- Elaboração e acompanhamento do PPR - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (atualizado em todas as unidades);
- Realização de Laudos de Insalubridade e Periculosidade;
- Realização de Treinamentos (Cipa, Brigada de Incêndio e Procedimentos de Segurança), além das atividades cotidianas de inspeção, desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, em conjunto com as áreas, campanhas, preleções, atenção constante às publicações técnicas e novas normas e a participação efetiva em seminários, grupos de trabalhos, etc., com o intuito de manter a Empresa atualizada;
- Atendimento à norma NR 10 - Serviços em Eletricidade, estabelecido por meio de reuniões com as áreas, quando foi elaborado um relatório de ações para adequação, que resultou na criação de grupos de trabalho para implantar os novos procedimentos;
- Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Capital e unidades do Interior, com apresentação de várias palestras e atividades focadas para a prevenção;
- Em 2004, a EMAE participou do grupo de Saúde e Segurança da Fundação COGE e na Coordenação dos Trabalhos apresentados pela EMAE no 4º SENSE - Seminário Nacional do Setor Elétrico.

O gráfico seguinte demonstra o resultado das ações preventivas na área de segurança do trabalho:

Acidentes com Afastamento



VII. ATIVIDADES SÓCIO-COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO PERMANENTE

Consciente de que o meio ambiente é parte de seu capital e de seu compromisso com a sociedade, a EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais para os empregados e para a comunidade de seu entorno, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania.

Investindo em modernização, tecnologias limpas e projetos que buscam soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia e o uso múltiplo das águas, a EMAE incorpora a variável ambiental no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, eliminando e minimizando impactos ambientais. As atividades e projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupados em:

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

São programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados para os empregados e seus filhos, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Têm caráter contínuo e visam ampliar a percepção ambiental dos diversos fatores sociais, criando multiplicadores de opinião e incentivando mudanças de comportamento no trato das questões que envolvam o meio ambiente. Em 2005, os programas desenvolvidos foram:

- PIPA - PROGRAMA DE INCENTIVO A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**
 Projetos ambientais de engajamento dos empregados, proporcionando o conhecimento dos problemas ambientais afetos à Empresa.
- COLETA SELETIVA**
 Visa incentivar a redução de geração de resíduos e implementar o hábito da reciclagem. Realizado em parceria com a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional "Pedra sobre Pedra", comunidade carente da região da Billings, resultou na coleta de cerca de 21,3 toneladas em 2005.
- CASADAS PLANTAS**
 Tem por objetivo reproduzir e armazenar mudas de espécies nativas, medicinais e exóticas de relevância ambiental e paisagística para educação ambiental para as escolas e grupos da comunidade. Em 2005, foram mantidas 8.000 mudas e produzidas outras 5.000, entre nativas da Mata Atlântica e exóticas, doadas para escolas, sociedades amigos de bairro e, também, utilizadas para a recuperação das margens de reservatórios.

DESCOBRINDO A EMAE

Consiste em visitas monitoradas à sede da Empresa por alunos de escolas públicas da região do bairro de Pedreira, zona sul da cidade de São Paulo, com a realização de atividades educativas relacionadas às questões ambientais locais (água, energia, lixo, viveiros de plantas e avifauna).

PARCERIA PROJETO SÃO PAULO POMAR

Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o projeto "São Paulo Pomar - Mais Verde, Mais Vida" tem como missão a recuperação ambiental e a revegetação das margens do rio Pinheiros. A EMAE patrocina a implantação e a manutenção de um trecho de aproximadamente 900 metros, compreendido entre a Usina Elevatória de Traição e a ponte Roberto Zúlcio (antiga ponte Cidade Jardim).

PROJETOS SÓCIO-AMBIENTAIS

O meio ambiente no qual a EMAE se insere caracteriza-se por ser, predominantemente, urbano, o que faz com que a questão ambiental esteja inteiramente associada às questões sociais afetas à população. Dessa forma, os programas desenvolvidos privilegiam a abordagem sócio-ambiental, visando contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente aquelas que vivem nas áreas vizinhas a EMAE. Os projetos desenvolvidos nesse sentido foram:

CAMINHOS DO MAR PÓLO ECOTURÍSTICO

Trata-se da implementação de um Pólo Ecoturístico, auto-sustentável, com propósitos preservacionistas, educativo-culturais e de pesquisa, inserido em áreas da EMAE, dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Em 17 de abril de 2004, o Pólo foi inaugurado e firmado um Termo de Parceria com a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, com o objetivo de planejar, implementar, captar recursos e operar o empreendimento.

SEMANA DA ÁGUA

Comemoração ao Dia Mundial da Água, em 22 de março, foi realizada a quinta edição desse programa, com a participação da comunidade e dos empregados da EMAE. Foram ministradas palestras nas escolas pelos Técnicos do Departamento de Gestão Ambiental. Outras atividades foram: uma expedição chamada "Caminho das Águas" para a comunidade da Ilha do Bororé, às atividades "Descobrimo a EMAE" para os usuários da pista de caminhada do Espaço de Convivência, o plantio de mudas nas locais onde estão sendo implementadas as recuperações de áreas degradadas (Espaço Verde Mar Paulista, Balneário São Francisco e Pônei Clube), bem como o curso de jardinagem.

RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Adesordenada expansão urbana na Região Metropolitana de São Paulo faz com que as áreas patrimoniais em torno dos reservatórios sofram forte pressão de ocupações irregulares e, por consequência, de degradação. São três os projetos que visam diminuir essa degradação e a restauração das áreas:

- ESPAÇO VERDE MAR PAULISTA**
 Foi concebido para atender à demanda da comunidade por áreas de lazer junto às margens da represa Billings. A área, antes sujeita à degradação ambiental, foi recuperada. A manutenção e conservação desse espaço são feitas a partir da realização de mutirões, envolvendo a comunidade e os empregados da EMAE.
- BALNEÁRIO SÃO FRANCISCO**
 Visando melhorar as condições ambientais de uma extensa área localizada na margem da Billings, no bairro de Pedreira, a EMAE, em parceria com a Prefeitura de São Paulo e comunidades locais, iniciou a restauração da área, através de implantação de pista de caminhada, parque infantil, equipamentos de ginástica e repovoamento vegetal.
- PARQUE VÁRZEA ALVARENGA**
 Empreendimento desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São Bernardo do Campo e com comunidades locais, visa à restauração da área degradada localizada na bacia da Billings, através de mutirões de limpeza, construção de pista de caminhada e de parque para crianças.
- ECOATIVA - GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA**
 Reconhecido nacionalmente por meio do Prêmio CNI-2003, consiste na realização de um programa na península do Bororé, às margens da Billings, envolvendo a EMAE, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de São Paulo e os moradores da área, através da AMIB - Associação dos Moradores da Ilha do Bororé, com o objetivo de desenvolver a qualidade de vida e a preservação ambiental da região.
- COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
 Durante o ano de 2005 foram executadas atividades de manutenção de cinco plantios compensatórios, totalizando aproximadamente 1.500 mudas.

ESTUDOS TÉCNICOS

Realizados para dar suporte e viabilizar o desenvolvimento dos empreendimentos, obras e serviços da Empresa e garantir a melhoria contínua dos processos de produção, tendo como premissa fundamental a preservação e otimização dos recursos naturais.

MONITORAMENTO DE SEDIMENTOS

Continuidade de campanhas periódicas de coleta e análise dos sedimentos do canal Pinheiros, o que permitirá a formação de banco de dados sobre a qualidade desses sedimentos, de forma a fornecer subsídios nas discussões com os órgãos licenciadores quanto à destinação final.

AMPLIAÇÃO DA USINA PORTO GÓES

Foi concluída a complementação do Plano de Manejo de Fauna e Flora da Ilha de Saltó, em atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 220/02, decorrente da ampliação da usina, estando previsto para o primeiro trimestre de 2006 a sua apresentação ao DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, Equipe Técnica Jundiá.

PCH PIRAPORA

O Relatório Ambiental Preliminar (RAP) foi aprovado, tendo sido emitida a Licença Ambiental Prévia (LP) nº 00869, de 10/08/2005. Atualmente está sendo providenciada a documentação necessária para a obtenção da Licença de Instalação (LI).

USINA DE IZABEL

Em decorrência dos danos ambientais causados pelo deslizamento de encosta, em julho de 2004, nas dependências da Usina Hidroelétrica Izabel, localizada no município de Pindamonhangaba, foram assinados os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 082/05, de 19/10/2005 e TCRA nº 089/054, de 22/11/2005, firmados junto ao DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, com a devida anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Ministério Público Estadual.

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Comprometida com a responsabilidade social, a EMAE, desde 1998, desenvolve, realiza e adere a programas voltados à inclusão social de desempregados, em auxílio a comunidades carentes e ao trabalho com crianças especiais, portadores do vírus HIV e idosos. São exemplos:

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL - O COMPROMISSO DO MILÊNIO

Em consonância com o compromisso de sustentabilidade do planeta, referendado por 189 países-membro da ONU - Organização das Nações Unidas, iniciou-se a implantação, em 2005, do Programa de Voluntariado Empresarial, com o objetivo de estimular e apoiar os empregados a utilizarem parte de seu tempo livre com a aplicação de suas habilidades e competências em favor da comunidade carente do entorno da sede da Empresa. O programa visa desenvolver ações integradas com ênfase educacional e de cidadania.

ENERGIA É VIDA E UM NOVO OLHAR

O projeto Energia é Vida identifica parcelas da população que passam por situações de extrema dificuldade e mobiliza voluntários para arrecadar alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza, providenciando também a logística da distribuição.

O projeto Um Novo Olhar é composto por uma série de ações que visam melhorar a qualidade de vida, tais como: Programa de Visitas, Terapia Ocupacional, Aulas de Artesanato e de Bocha, confraternização de Natal e Comemoração de Páscoa, Doações de Material de Higiene Pessoal e Alimentos.

No ano de 2005 foram beneficiadas, nos dois projetos, cerca de 1.040 pessoas entre idosos, crianças, pessoas portadoras do Vírus HIV e de necessidades especiais mantidas pelas entidades: Casa Madre Teodora dos Idosos, no Jardim São Luís, Associação Resplendor, na região Sul, Cruzada Pró-Infância, no Jardim Pedreira, Casa São José, no Jardim São Luís, Creche Menino Jesus, no Jardim Felicidade, Centro de Convivência Itatinga, no Parque Dorotéia, além de 40 famílias assistidas pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida, no Jardim Pedreira.

PROJETO ENERGIA HUMANA E MAÇÃO

O projeto, realizado em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência - APADÉ, oferece: Atendimento Clínico e Terapêutico - Visa atender crianças especiais, auxiliando-as por meio de profissionais especializados nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, além de aulas de arte e música. No ano de 2005 foram beneficiadas 172 pessoas entre atendimentos em fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e orientação familiar e seus familiares; Oficinas Profissionalizantes - Capacita adolescentes residentes no entorno da empresa e mães de crianças especiais. Os adolescentes são treinados em oficinas de informática e culinária em parceria com o SENAI. As mães de crianças especiais participam de oficinas de artesanato, que proporcionam uma maior interação com esse público. Os trabalhos realizados nas oficinas de artesanato são comercializados em um bazar na própria sede da empresa e a renda é revertida para a própria Instituição. No ano de 2005 foram beneficiados 202 jovens formados nas oficinas profissionalizantes de informática e culinária, 50 integrantes da frente de trabalho treinados na lancharonete e 30 pais e mães foram beneficiados com cursos de informática e culinária.

FUSSESP - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMAE participa, ainda, de outros projetos coordenados pelas seguintes entidades:
CAMPANHA DO AGASALHO
 Durante os meses de abril a junho a empresa implementa ações de incentivo e arrecadação de doações de agasalhos à população carente. Em 2005 foram arrecadadas 388.984 peças de agasalhos, o que corresponde a um aumento de 189% em relação ao ano 2004. Como parte integrante desta Ação foi criado o projeto "Voluntários que Aquecem", que reúne pessoas para colaborarem na confecção de mantas de lã, tendo sido confeccionadas, no ano, 1.250 mantas.

PROJETO PADARIA ARTESANAL

A EMAE aderiu a esse programa que busca realizar contatos com empresas da iniciativa privada visando obter a doação de kits de padaria e matéria-prima para panificação. Em 2005 foram distribuídos 12 Kits.

SEMANA DA SOLIDARIEDADE

A cada ano é escolhido um segmento específico da população (idosos, pessoas especiais, crianças carentes e outros), desenvolvendo-se, durante uma semana por ano, ações que buscam resgatar a cidadania e diminuir as dificuldades do dia-a-dia. No ano de 2005, foram beneficiados um total de 323 crianças com várias atividades educativas e de lazer, como aulas, passeios e uma confraternização de Natal.

SERT - SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÕES COM O TRABALHO

MEU PRIMEIRO TRABALHO/JOVEM CIDADÃO

A EMAE aderiu a este programa de inserção social que atua como elo de ligação entre a empresa parceira e a SERT, captando vagas para jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. No ano de 2005 foram beneficiados 11 jovens e desde sua implantação, em 2000, foram beneficiados 152 jovens que cumprem uma jornada de trabalho de 4 a 6 horas diárias e recebem, como incentivo, uma bolsa-auxílio.

FRENTE DE TRABALHO

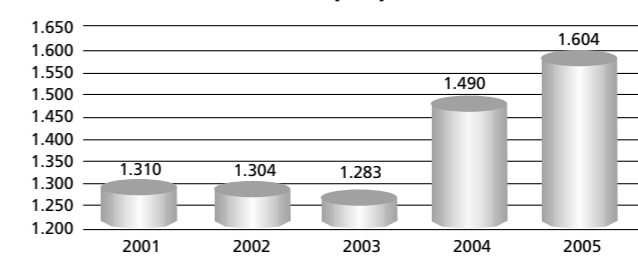
Oferece bolsa-auxílio de R\$ 210,00 reais, cesta básica de R\$ 47,00 reais, seguro contra acidentes e cursos de qualificação profissional e em contrapartida os bolsistas realizam na empresa jornada diária de 6 horas de trabalho, quatro vezes por semana. A EMAE oferece vale-transporte, alimentação, uniformes, EPI e palestras abordando temas relativos à cidadania. Em 2005 foram 169 bolsistas beneficiados.

OUTRAS ATIVIDADES

TRANSPORTE

A EMAE possui quatro embarcações próprias (sendo uma reserva) operando em três pontos de travessia do Reservatório Billings. Esse sistema de transporte público por balsas é oferecido, gratuitamente, de forma ininterrupta. Durante o ano de 2005, foram transportados cerca de 1,6 milhão de veículos, conforme se verifica no gráfico seguinte:

Número de Veículos Transportados (Mil)



LIXO

Retirada do lixo que afui às Usinas Elevatórias de Traição e Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2005 foram retiradas 1.208 toneladas (3.021 m³) de lixo das referidas usinas. Na UHE Rasgão, no Alto Tietê, foram retiradas 210 toneladas (525 m³) de lixo.

RETIRADA DE VEGETAÇÃO EMERGENTE

A EMAE executa a retirada de vegetação emergente ao longo do Canal Pinheiros. Foram retirados, em 2005, 3.300 m³ de vegetação. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população das regiões Sul e Oeste da cidade.

VISITAS TÉCNICAS À USINA TERMOELÉTRICA PIRATININGA

Foram realizadas aproximadamente 40 visitas em 2005, com cerca de 25 pessoas por evento, dando continuidade ao Programa de Visita Monitorada à Usina, abrindo aos alunos de escolas técnicas de segundo e terceiro graus a oportunidade de conhecer, na prática, um empreendimento termelétrico de geração.

VIII. BALANÇO SOCIAL

	2005		2004	
	R\$ Mil	% sobre Lucro	R\$ Mil	% sobre Lucro
1. BASES DE CÁLCULO				
Receita Bruta (RB)	197.620		256.411	
Lucro (Prejuízo) Operacional (LO)	(47.372)		16.456	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	81.903		76.333	
		% sobre Lucro		% sobre Lucro
2. INDICADORES LABORIAIS	R\$ Mil	FPB	R\$ Mil	FPB
Encargos Sociais Compulsórios	19.644	24,0	18.747	24,6
Entidade de Previdência a Empregados	2.940	3,6	2.886	3,8
Alimentação	3.862	4,7	3.864	5,1
Saúde	5.183	6,3	5.186	6,8
Educação e Treinamento	75	0,1	126	0,2
Outros Benefícios	871	1,1	1.163	1,5
TOTAL	32.576	39,8	31.972	42,0
		% sobre Lucro		% sobre Lucro
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ Mil	R\$ Mil		
Contribuições à Sociedade/Investimentos em Cidadania	1.608	0,8	374	0,1
Investimentos em Meio Ambiente	506	0,3	2.385	0,9
Tributos e Contribuições (COFIN/PIS/ICMS)	15.606	7,9	11.750	4,6
Transporte Gratuito (Balsas)	899	0,5	1.211	0,5
TOTAL	18.619	9,5	15.720	6,1
		% sobre Lucro/Prejuízo		% sobre Lucro
Imposto de Renda e Contribuição Social Recolhidos	-	-	3.770	22,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.917	-	3.567	21,6
			2005	2004
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				
Número de Empregados			846	874

IX. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As Receitas Operacionais atingiram em 2005 um total de R\$ 198 milhões, com redução de 22,9% em relação ao ano anterior, resultado fortemente impactado pela diminuição do suprimento de energia dos contratos iniciais com as distribuidoras e pela não contratação da energia liberada de origem térmica, além do preço de venda obtido nos Leilões de Energia Existentes serem inferiores às tarifas homologadas pela ANEEL referente aos contratos iniciais.

O custo do serviço de energia elétrica (elencado em custo com energia elétrica, custo de operação e despesas operacionais), conforme Demonstração de Resultado, aumentou 5,2%, decorrente principalmente dos itens: insumo combustível para produção de energia elétrica, devido à maior geração da Usina Termoelétrica Piratininga e redução do percentual de reembolso através da Conta de Consumo de Combustível - CCC; provisão para realização de créditos de energia livre; pessoal, e compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, em contraposição à redução em itens como: energia de curto prazo; material, e serviços de terceiros. Com relação aos demais itens, alguns não gerenciáveis pela empresa, houve pequenas oscilações ou mantiveram-se em linha com 2004.

As ações empresariais de maior efeito no resultado do serviço foram:

- A negociação efetuada pela EMAE junto ao ONS e a ANEEL para redução dos valores relativos ao encargo denominado Uso do Sistema de Transmissão (CUST) da Usina Hidrelétrica Henry Borden, resultou na publicação pela ANEEL da Resolução Autorizativa nº 152, de 25 de abril de 2005, que possibilitou adequar o CUST relacionado àquele Usina de 889 MW para 108 MW, estimando-se uma redução de despesas anuais da ordem de R\$ 12 milhões.
 - Redução de custos com serviços contratados, em função do esforço das equipes de manutenção em aumentar os serviços realizados com recursos próprios, reduzindo em 28,8% a contratação de terceiros.
 - Prestação de serviço relativo à disponibilização e acompanhamento periódico de quatro embarcações transportadoras de lama para utilização pelos Consórcios Andrade Gutierrez-MAPE e Camargo Corrêa/Entepa/Serveng, nas obras de ampliação da Calha do Rio Tietê, gerando R\$ 643 mil de recursos para a EMAE.
 - Prestação de serviços para terceiros pelo Departamento do Centro de Excelência em Manutenção, dentro do seu escopo de certificação, proporcionando um faturamento de aproximadamente R\$ 550 mil.
- Como consequência dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou 2005 com resultado do serviço (negativo) de R\$ 56 milhões.
- As receitas financeiras atingiram R\$ 19,6 milhões, principalmente devido à atualização do saldo de energia livre repassado pelas distribuidoras. As variações monetárias líquidas, inferiores à ocorrida em 2004, foram ocasionadas pela atualização do contrato com o DAEE em R\$ 20 milhões efetuada no exercício anterior.



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
<http://www.emae.sp.gov.br>

SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E
SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO	
	2005	2004	
CIRCULANTE			CIRCULANTE
Disponibilidades	85	20.709	Fornecedores
Aplicações financeiras	10.509	14.647	Folha de pagamento
Revededores	14.260	28.063	Obrigações estimadas - folha de pagamento
Consumidores	252	334	Tributos e contribuições sociais
Valores a receber - Energia livre	28.550	16.798	Empréstimos e financiamentos
Valores a receber	10.678	7.806	Entidade de previdência a empregados
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.117)	(1.470)	Valores a pagar - energia
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9.268	11.270	Taxas regulamentares
Estoque	6.921	6.553	Provisão para contingências
Despesas antecipadas	3.537	29	Outros
Outros créditos	6.357	5.160	
	<u>89.300</u>	<u>109.899</u>	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Valores a receber - Energia livre	8.023	26.995	Empréstimos e financiamentos
Valores a receber	82.758	82.741	Entidade de previdência a empregados
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.764	34.681	Tributos e contribuições sociais
Cauções e depósitos vinculados	3.857	4.314	Provisão para contingências
	<u>124.402</u>	<u>148.731</u>	
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERMANENTE			Capital social
Investimentos	526	2.161	Reservas de capital
Imobilizado	843.165	870.817	Prejuízos acumulados
	<u>843.691</u>	<u>872.978</u>	
TOTAL	<u>1.057.393</u>	<u>1.131.608</u>	TOTAL
			<u>1.057.393</u>
			<u>1.131.608</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004			DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004		
	2005	2004		2005	2004
RECEITA OPERACIONAL			ORIGENS		
Fornecimento de energia	3.024	1.028	Das operações:		
Suprimento de energia	78.096	224.042	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(53.073)	9.180
Energia de leilão	44.511	-	Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Energia de curto prazo - CCEE	35.066	-	Depreciação	37.596	37.172
Combustível - Insumo p/ prod. de energia elétrica CCC - consumo	34.923	30.106	Variações monetárias de itens de longo prazo	10.046	269
Outras receitas	2.000	1.235	Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	(7.843)	-
	<u>197.620</u>	<u>256.411</u>	Baixa de imobilizado	5	140
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.917	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.628)	(5.873)	Provisões para contingências	1.149	4.668
COFINS s/receitas operacionais	(12.376)	(8.914)	Provisões não operacionais - FINAM	1.755	-
PIS s/receitas operacionais	(2.685)	(1.932)	Outras	56	-
Ativo regulatório - COFINS/PIS	5.123	-	Total das operações	<u>(5.392)</u>	<u>51.429</u>
ICMS s/fornecimento de energia	(545)	(184)	De terceiros:		
Imposto s/serviços - ISS	(5)	(6)	Aumento do exigível a longo prazo	1.122	474
	<u>(13.170)</u>	<u>(16.909)</u>	Redução no realizável a longo prazo	457	3.567
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>184.450</u>	<u>239.502</u>	Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	29.954	28.702
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				31.533	32.743
Custo com energia elétrica			Total das origens	<u>26.141</u>	<u>84.172</u>
Energia de curto prazo - CCEE	(7.456)	(27.311)	APLICAÇÕES		
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(12.265)	(11.043)	Aquisições de imobilizado	9.949	34.295
Compensação financeira pela utilização rec. hídricos	(3.237)	(1.661)	Transferências do exigível a longo prazo para o circulante	18.595	27.280
	<u>(22.958)</u>	<u>(40.015)</u>	Aumento do realizável a longo prazo	-	3.514
Custo de operação			Redução do exigível a longo prazo	15.459	3.935
Pessoal	(59.609)	(52.774)	Total das aplicações	<u>44.003</u>	<u>69.024</u>
Administradores	(667)	(743)	Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(17.862)</u>	<u>15.148</u>
Entidade de previdência privada - contribuição ao plano	(2.940)	(2.886)	Ativo circulante		
Material	(2.883)	(4.543)	No início do exercício	109.899	93.937
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica - CCC	(58.091)	(43.017)	No final do exercício	89.300	109.899
Serviços de terceiros	(10.849)	(17.849)	Aumento (redução) do ativo circulante	<u>(20.599)</u>	<u>15.962</u>
Depreciação	(35.071)	(34.972)	Passivo circulante		
Provisões operacionais	(1.272)	(3.881)	No início do exercício	57.401	56.587
Outras	(4.197)	(1.554)	No final do exercício	54.664	57.401
	<u>(175.579)</u>	<u>(162.219)</u>	Aumento (redução) do passivo circulante	<u>(2.737)</u>	<u>814</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>(14.087)</u>	<u>37.288</u>	Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(17.862)</u>	<u>15.148</u>
Despesas operacionais (Nota 19)					
Despesas gerais e administrativas	(28.926)	(25.797)			
Outras despesas operacionais	(13.014)	(535)			
	<u>(41.940)</u>	<u>(26.332)</u>			
RESULTADO DO SERVIÇO	<u>(56.027)</u>	<u>10.956</u>			
Entidade de previdência a empregados					
Juros e variações monetárias - Contrato Fundação CESP (Nota 15)	(16.416)	(25.064)			
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	7.843	3.461			
	<u>(8.573)</u>	<u>(21.603)</u>			
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas	19.663	14.633			
Despesas	(3.513)	(4.185)			
Variações monetárias líquidas	1.079	16.875			
	<u>17.229</u>	<u>27.123</u>			
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	<u>(47.372)</u>	<u>16.456</u>			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(784)</u>	<u>61</u>			
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(48.156)</u>	<u>16.517</u>			
Contribuição social	-	(1.418)			
Imposto de renda	(1.302)	(2.352)			
Contribuição social diferida	(3.615)	(944)			
Imposto de renda diferido	(2.623)	-			
	<u>(8.540)</u>	<u>(4,744)</u>			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(56.700)</u>	<u>11.773</u>			
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações no final do exercício - R\$	<u>(1,44)</u>	<u>0,25</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL			PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS CRC	REMUN. DAS IMOB. EM CURSO CAP. PRÓPRIO	INCENTIVOS FISCAIS - FINAM/FINOR		
Saldos em 31 de dezembro de 2003	285.411	443.244	185.297	3.337	(40.891)	876.398
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.180	9.180
Saldos em 31 de dezembro de 2004	285.411	443.244	185.297	3.337	(31.711)	885.578
Incentivos fiscais - FINAM	-	-	-	176	-	176
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(53.073)	(53.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	285.411	443.244	185.297	3.513	(84.784)	832.681

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados a potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - "EMAE", é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, bem como de barragens e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas.

Adicionalmente, a EMAE está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas estatais ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

A EMAE possui a concessão de 5 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica que formam um parque gerador com 1.421,4 MW de potência instalada (Nota 11.1). Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera sua usina Hidrelétrica de Henry Borden e usina Termelétrica Piratininga de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: suprimento a concessionárias distribuidoras de energia elétrica (contratos iniciais e contratos dos leilões de energia), que a utilizam para atender a seus mercados consumidores; fornecimento a consumidores livres, e operações de curto prazo decorrentes da contabilização mensal efetuada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE", de onde também se liquidam as diferenças entre os valores contratados e os verificados de fato (Nota 18.4).

A EMAE participou dos Leilões relacionados a seguir:

Primeiro Leilão de Energia Existente, realizado em 07 de dezembro de 2004, em que vendeu 123 MW médios correspondentes à energia liberada dos contratos iniciais, relacionadas à disponibilidade de produção de energia de origem hidráulica, conforme produtos abaixo apresentados.

1º LEILÃO	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWh)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(% do Preço EMAE acima da média Ponderada dos Participantes)	
Produto 1	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	5,8	
Produto 2	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	2,8	
Produto 3	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	0,4	
		<u>123,0</u>				

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

Terceiro e Quarto Leilões de Energia Existente, realizados em 11 de outubro de 2005, nos quais foram vendidos 6 MW médios de energia de origem hidráulica, conforme produtos abaixo apresentados.

3º e 4º LEILÕES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWh)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(% do Preço EMAE acima da média Ponderada dos Participantes)	
2006/03	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	0,5	
2009/08	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	1,1	
		<u>6,0</u>				

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

No 1º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, a EMAE vendeu 10 MW médios provenientes da 3ª unidade da Usina de Porto Góes.

Empreendimento	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWh)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(%) do Preço EMAE acima da média Ponderada dos Participantes
Hidro					
2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	8,5
2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	1,5
2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	0,8
		<u>10,0</u>			

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

Não foi previsto, no Modelo do Setor Elétrico implantado em 2004, um tratamento adequado para as Usinas Termoelétricas vinculadas à CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, como é o caso da Usina Piratininga. Essa usina é responsável por mais de 60% da energia assegurada da EMAE, a qual não foi, ainda, passível de venda, em virtude da incompatibilidade entre os atuais modelos de comercialização e os custos de produção de empreendimentos dessa natureza.

Da mesma forma, a Usina Henry Borden gera recursos apenas referentes à sua energia assegurada atual de 108 MW médios. No entanto, presta serviços adicionais, considerados indispensáveis à segurança e à eficiência do Sistema Interligado Nacional, sem ter, contudo, a devida contrapartida financeira por sua execução.

Tendo em vista as alterações no Modelo Setorial, a experiência com os recentes Leilões de Energia e a importância estratégica de suas usinas, a Administração da EMAE vem desenvolvendo entendimentos nas várias esferas do poder público, no sentido de alcançar solução para remuneração dos serviços prestados sem a devida cobertura financeira. Adicionalmente, vem implementando medidas de adequação empresarial aos impactos econômico-financeiros sobre os seus negócios, incluindo-se, entre outras: (i) renegociação dos custos com o uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, o que resultou numa redução do custo anual (Resolução Autorizativa ANEEL nº 152, de 25 de abril de 2005); (ii) contratação, com o ONS, de prestação de serviços anclares para geração de energia reativa na Usina Henry Borden; (iii) prestação de serviços de operação, manutenção, e de laboratório a terceiros; (iv) alienação de bens móveis; (v) demais medidas de redução de custos ou de incremento de receitas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL de 23 de dezembro de 2005 e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2006 de 22 de fevereiro de 2006, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Revededores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

continua ->



EMÁE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E
SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitado a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso. A Empresa revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizados no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

g. Empréstimos e financiamentos e outras obrigações
Os contratos de empréstimos e financiamentos e outras obrigações são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros direitos e obrigações
Os demais Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

i. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais.

j. Provisões para contingências
Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

k. Planos de benefícios pós-aposentadoria
A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

l. Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Estimativas
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

n. Lucro/Prejuízo líquido por ação
Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

4. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO
O Setor Elétrico Brasileiro foi submetido, de junho de 2001 a fevereiro de 2002, ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, em vista da escassez na produção de energia elétrica, primordialmente de origem hidráulica. Em dezembro de 2001, foi implementado o Acordo Geral do Setor Elétrico (o "Acordo") entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador. O Acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu, em Resoluções, os procedimentos contábeis necessários para refletir os efeitos decorrentes de diversas outras decisões do Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

4.1 Energia livre
No período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e do baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, entre elas a região Sudeste, onde se encontra a EMÁE, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não comprometida em Contratos). A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMÁE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não revisada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país. Os saldos de créditos (ativo) estão sendo recuperados pela "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE", recebidos das distribuidoras. Com estes recursos, a EMÁE amortiza parcelas dos contratos firmados com o BNDES (Nota 14). Em dezembro de 2005, a Empresa atualizou o saldo a receber de energia livre conforme orientação do Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que no caso da EMÁE corresponde a 87,06% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a a., e sobre os 12,94% não financiado, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Composição dos saldos atualizados até 31/12/2005:

Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos
EBE	1.804	CEMIG	6.989
CAIUA	208	CENF	24
CAT-LEO	54	CEPISA	450
CEAL	221	CERJ	1.753
CEB-BRASILIA	709	CESP	260
CELB	124	CHESF D	624
CELG	459	SANTA CRUZ	86
CELPA	609	NACIONAL	37
CELPE	1.568	COELBA	2.130
CEMAT	135	COELCE	1.300
CEMAR	102	COSERN	696
		CPFL - PAULISTA	3.643
		TOTAL	43.702

4.2 Energia de curto prazo
Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE), entre compromissos assumidos pela EMÁE com seu mercado e demais agentes do MAE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema. No exercício de 2005 foi apropriada (registrada) Energia de curto prazo vendida e adquirida no âmbito do mercado através da CCEE, necessárias para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas distribuidoras clientes da EMÁE (Notas 18.3 e 18.4).

4.3 Os saldos dessas operações são:

	2005	2004
ATIVO		
Valores a receber - Energia livre		
Circulante	23.582	16.798
Energia de curto prazo - CCEE	4.968	—
	28.550	16.798
Realizável a longo prazo - Energia livre	20.120	26.995
(-) Provisão para realização de créditos (a)	(12.097)	—
	8.023	26.995
	36.573	43.793
PASSIVO		
Valores a pagar/energia		
Circulante	—	4.196
Energia de curto prazo - CCEE	—	—

(a) A EMÁE com base em projeções internas, constituiu provisão para possíveis perdas na realização desses créditos em contrapartida ao resultado operacional. No entanto, a Empresa enviara todos os esforços através de meios legais para o efetivo recebimento desses créditos, em conformidade com a legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico - "racionamento".

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2005	2004
Banco Nossa Caixa S.A.	FIF	10.509	14.647

Saldos de aplicações concentradas no FIF - Estatal do Banco Nossa Caixa S.A., lastreadas pelo CDI, sem vencimento, conforme Decreto Estadual nº 43.060, de 27 de abril de 1998 e Resolução SF-39, de 28 de dezembro de 2000 da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

6. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	2005	2004
a) Suprimento de Energia		
ELETROPAULO	5.520	17.172
BANDEIRANTE	1.815	5.204
PIRATININGA	1.835	5.227
CENF - Cia. de Eletricidade Nova Friburgo	—	460
CCEAR - Leilão de energia	5.090	—
	14.260	28.063
b) Fornecimento		
PARAMOUNT (Antiga Karibê)	252	334

Composição por vencimento:

	2005	2004
	Vencidos	Total
Revededores	14.207	14.260
Consumidores	252	334
	14.459	14.512

7. VALORES A RECEBER
Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	2005	2004
Contrato	10.678	93.436
	10.678	93.436

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS

	2005	2004
Imposto de renda s/aplicações financeiras (a)	1.858	2.170
Imposto de renda s/lucro a compensar (b)	798	2.255
Contribuição social s/lucro a compensar (b)	408	327
ICMS	5.811	6.339
Outros	393	179
	9.268	11.270

(a) Créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
(b) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro, decorrentes de recolhimentos por estimativa durante o ano de 2002, atualizados pela Selic, os quais são compensáveis com recolhimentos de tributos e contribuições sociais junto à Secretaria da Receita Federal.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

9.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	2005	2004	2005	2004
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(48.156)	16.517	(48.156)	16.517
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social nominais	12.039	(4.129)	4.334	(1.487)
Adições temporárias	(590)	(1.750)	(212)	(630)
Adições permanentes	(2.245)	(2.133)	(1.556)	(1.535)
Exclusões	4.480	4.529	1.612	1.626
Outros (PAT, incentivos, outros)	—	1.131	—	608
Créditos tributários do exercício 2005 (Nota 9.2)	13.684	—	4.178	—
Provisão Prejuízo Fiscal e Base Negativa (2005)	(13.684)	—	(4.178)	—
Imposto de Renda e Contribuição Social (devidos)	(2.352)	(4.975)	(1.418)	(1.418)
Realização de crédito tributário/fiscal diferido - Fundação CESP	(4.122)	(3.690)	(1.484)	(1.328)
Reversão (complemento) de crédito tributário/fiscal diferido - Diversas	507	1.067	182	384
Total de créditos tributários realizados	(3.615)	(2.623)	(1.302)	(944)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(3.615)	(4.975)	(1.302)	(2.362)

9.2 Créditos Tributários

	2005	2004
Imposto de Renda		
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	15.561	19.683
Provisões temporariamente indedutíveis - Diversas (b)	6.325	5.818
Prejuízo fiscal do exercício - 2005 e 2003 (c)	19.264	5.580
Contribuição Social		
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	5.602	7.086
Provisões temporariamente indedutíveis - Diversas (b)	2.276	2.094
Base negativa do exercício - 2005 e 2003 (c)	5.148	970
	54.176	41.231
Provisão para créditos tributários	(24.412)	(6.550)
	29.764	34.681

(a) No exercício de 2001, foram contabilizados R\$ 40.158 em contrapartida de lucros acumulados, relativos a créditos fiscais temporariamente indedutíveis a título de imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98. A quase totalidade dos créditos está constituída à alíquota de 34% sobre o valor do Ativo Diferido (baixado em 2001 contra lucros acumulados) referente a Déficit Previdenciário junto à Fundação CESP (reconhecido em 1997 no passivo), em cumprimento à determinação prevista na Deliberação CVM nº 371/2000. A realização desses créditos fiscais ocorre com base nas amortizações mensais do contrato entre a EMÁE e a Fundação CESP (Nota 15). Foi realizado no ano o montante de R\$ 5.606, sendo R\$ 1.484 de Contribuição Social e R\$ 4.122 de Imposto de Renda, do saldo desses créditos fiscais (Fundação CESP). A Administração, com base na expectativa de amortizações do contrato com a Fundação CESP, estima que esses créditos serão realizados conforme cronograma a seguir:

Exercício	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Parcela Estimada de Realização	4.636	4.849	5.628	6.050	21.163

(b) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.
(c) Saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003 e 2005.

10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2005	2004
Ativo regulatório - PIS/COFINS (a)	3.535	—
Prêmios de seguros	2	29
	3.537	29

(a) Refere-se a diferenças de reajustes tarifários dos Contratos Iniciais com as distribuidoras clientes da EMÁE, decorrentes da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, a partir de dezembro de 2002 e fevereiro de 2004 respectivamente, reconhecido pela ANEEL para repasse em 12 parcelas mensais.

11. ATIVO IMOBILIZADO
É composto como segue:

	2005	2004	2005	2004
	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Geração	4,2	1.366.394	(623.179)	743.215
Transmissão	3,9	46.548	(26.966)	19.582
Distribuição	3,5	643	(404)	239
Administração	4,3	48.378	(34.809)	13.569
		1.461.963	(685.358)	776.605
Em Curso				
Geração	—	47.114	—	47.114
Administração	—	19.446	—	19.446
		66.560	—	66.560
		1.528.523	(685.358)	843.165

Conforme Resolução nº 044 de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de Energia Elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos. Adicionalmente apresenta-se o imobilizado em serviço por tipo de bens:

	2005	2004	
	Custo Original	Depreciação Acumulada	
Em Serviço		Líquido	
Intangíveis	21.980	(614)	21.366
Terrenos	6.924	—	6.924
Reservatórios, Barragens e Adutoras	695.371	(297.942)	397.429
Educação, Obras Cívicas e Beneficentárias	91.162	(63.296)	27.866
Máquinas e Equipamentos	640.243	(319.101)	321.142
Veículos	4.198	(2.928)	1.270
Móveis e Utensílios	2.085	(1.477)	608
	1.461.963	(685.358)	776.605

11.1 Concessões de Energia Elétrica
As concessões de Geração de Energia Elétrica da EMÁE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada em Light Serviços de Eletricidade. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo Eletricidade de São Paulo, os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982. Tais direitos foram transferidos à EMÁE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004, abrangendo as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas Hidrelétricas	Rios	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da concessão	Data de vencimento
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	108,0	01/12/1982	30/11/2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01/12/1982	30/11/2012
UHE Rasgão	Tietê	22,00	17,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	2,64	0,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	11,00	—	01/12/1982	30/11/2012
Termelétricas		472,00	—		
UTE Piratininga		472,00	146,1	07/05/1951	07/07/2015

O prazo das concessões poderá ser prorrogado por período de até 20 anos, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento da EMÁE a ser apresentado até 36 meses antes do término da respectiva concessão, desde que a exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos e da Usina Termelétrica esteja nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.4 Capacidade de Recuperação através de Operações Futuras
As concessões de Geração de Energia Elétrica da EMÁE foram outorgadas por usina, sendo os bens que compõem seu ativo imobilizado registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no País e com as normas específicas para o setor Elétrico emanadas da ANEEL. A Legislação Brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob a égide dos quais foram outorgadas as concessões das usinas da EMÁE, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Havendo resíduo de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

12. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2005	2004
Provisão de Férias e Gratificação de Férias	4.978	4.888
Encargos Sociais sobre Férias	1.881	1.749
Outras Provisões sobre Folha	849	948
	7.708	7.585

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2005	2004
CIRCULANTE		
COFINS s/receitas	1.274	1.521
PIS s/receitas	277	330
Imposto de renda sobre o lucro	—	1.416
Contribuição social sobre o lucro	—	475
Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa	1.853	1.698
IPTU - REFIS (1)	1.106	1.034
Outros	354	779
	4.864	7.253
LONGO PRAZO		
IPTU - REFIS (1)	4.793	5.515
COFINS e PIS - diferidos	1.580	1.580
	6.373	7.095
	11.237	14.348

(1) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU junto à Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E
SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Table with columns for 2005 and 2004, and sub-columns for Circulante, L. Prazo, and Total. Rows include BNDES, Contrato de 23.12.2002, and Contrato de 01.07.2003.

Contratos de financiamento, celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para pagamento em 60 meses e 55 meses, com início em abril e agosto de 2003, respectivamente, com juros de 1% a.a. (a título de "spread"), acima da Selic que estão sendo amortizados com os recursos recebidos por conta da Reconstrução Tarifária Extraordinária - RTE (Notas 4.1 e 4.3).

Os recursos oriundos desses contratos foram utilizados integralmente na liquidação dos débitos de energia de geradores livres e energia de curto prazo decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico (Nota 4).

15. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Table with columns for Credor, Objeto, Circulante, Longo Prazo, Total, and 2004 Total. Rows include FUNDAÇÃO CESP - Benefício Suplementar Proporcional and CESP - Saldado - BPS.

Refere-se a saldo de contrato celebrado em 30 de setembro de 1997, para cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldaado" - BPS, em 240 parcelas mensais, atualizado pela variação do custo atuarial ou variação do (IGP-DI), acrescido de juros de 6% a.a., que em 2005 foi de 7,79% (18,95% em 2004). A Empresa efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista e cíveis, advindos do curso normal de seus negócios.

Table with columns for Circulante and Longo Prazo, and sub-columns for 2005 and 2004. Rows include Diversas, Periculosidade, and Cíveis.

Periculosidade - Contingência de processo trabalhista ajuizado pelos empregados, através do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, em 07/07/1999, com correspondente provisão constituída.

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados onde requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis - Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

A Administração da Empresa, embasada em parecer de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.369 mil ações ordinárias e 22.241.713 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Table showing the composition of capital social by company, with columns for Ordinary and Preferred shares, and their respective percentages. Includes Governo do Estado de São Paulo and various companies like Eletropaulo and Lightpar.

(*) Em 09 de setembro de 2005, foi efetivada a transferência de 6.764.470.012 ações ordinárias do acionista controlador para a CESP, companhia também controlada pelo Governo do Estado.

17.2 Direitos das Ações

Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Empresa, as ações preferenciais têm as seguintes características:

- (I) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
(II) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
(III) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
(IV) direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Artigo 6º Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 32 - Do lucro líquido ajustado na forma da Lei, será distribuído um dividendo de no mínimo 25%, assegurando às ações preferenciais, a vantagem de percepção de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

18.1 Contratos Iniciais em 2005 e 2004

Conforme facultado pela Lei Federal nº 10.604/02 e pelo Decreto nº 4.767, de 26 de junho de 2003, a EMAE renegociou com as concessionárias distribuidoras de energia elétrica o adiamento dos Contratos Iniciais, especificamente para o ano de 2004. Dentre os principais clientes, as concessionárias Eletropaulo Metropolitana, Bandeirante e Piratininga fizeram essa opção, renovando parcelas liberadas. A energia contratada da EMAE mediante Contratos Iniciais, após os aditamentos representou em 2004, cerca de 70% dos montantes contratados até 2002 (100%).

Para o ano de 2005, de acordo com as regras do Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, os contratos iniciais de suprimento de energia, junto às Distribuidoras Eletropaulo Metropolitana, Bandeirante Energia e CPFL Piratininga, foram reduzidos a 25% em suas quantidades físicas.

Table showing concessionaries attended to in 2005 and 2004, with columns for company name and percentage of contraction.

18.2 Reajustes Tarifários de Suprimento de Energia

Os reajustes das tarifas de suprimento da EMAE no âmbito dos Contratos Iniciais em 2005 e 2004, homologados pela ANEEL, foram os seguintes:

Table with columns for Distribuidoras Supridas, Data do Reajuste, Resolução ANEEL Nº, and Reajuste. Rows include Eletropaulo, Bandeirante, Piratininga, and CPFL.

Os percentuais de reajuste são aplicados igualmente sobre as tarifas de consumo e de demanda - sistema de tarifação binômio adotado nos Contratos Iniciais.

18.3 Energia Elétrica Vendida

Table with columns for Fornecimento (1), Contratos Iniciais (2), Leilão de Energia, and Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (3). Rows include Eletropaulo, Bandeirante, Piratininga, and CPFL.

- (1) Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.
(2) Conforme descrito na Nota 18.1, a partir de 1º de janeiro de 2003 as quantidades contratadas foram sendo reduzidas à base de 25% ao ano, de modo que a partir de 1º de janeiro de 2006 não mais haverá Contratos Iniciais.
(3) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(*) Quantidade não auditada pelos Auditores Independentes.

18.4 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

Table with columns for Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (1) and Uso da Rede Elétrica (2). Rows include Energia de Curto Prazo e rateio and Custo de uso do sistema de transmissão - CUST (conexão/rede básica).

- (1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.
(2) Refere-se aos custos pelo uso do sistema de transmissão - CUST, de conexão e rede básica, conforme Resolução Normativa nº 71, de 30/06/2004, atualizada pela Resolução Normativa nº 118, de 03/12/2004 da ANEEL.

19. DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns for 2005 and 2004. Rows include Despesas gerais e administrativas (Pessoal, Material, Serviços de terceiros, Depreciação, Taxa de fiscalização - ANEEL, Outras), Outras despesas operacionais (Provisão/pre-realização de créditos - Nota 4.3, Outras).

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS LÍQUIDAS

Table with columns for 2005 and 2004. Rows include Receitas (Rendimentos de aplicações financeiras, Rendimentos s/receivíveis, Atualização de valores a receber - Energia livre - Nota 4.1 e 4.3, Outras), Despesas (Encargos de dívidas, Juros sobre RGR, Encargos s/tributos e contribuições sociais, CPMF, COFINS s/receitas financeiras, PIS s/ receitas financeiras, Outras), Variações monetárias líquidas (Variações monetárias ativas, Variações monetárias passivas).

21. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da EMAE, regidos pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria EMAE que proporciona benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

A EMAE, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Adicionalmente a EMAE oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

21.1 Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadoria

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP, foi criado o Plano B1 de benefícios (em substituição ao Plano B), com vigência a partir de 1º de janeiro de 1998. O custeio do Plano B1 ocorre por contribuições paritárias entre a Empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultores atuariais independentes.

A contribuição da patrocinadora para o Plano, no ano de 2005 foi de R\$ 2.940 equivalente a 6,76% (7,98% em 2004) sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram saldaadas pela patrocinadora em 31 de março de 1998 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

21.2 Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a EMAE vem registrando os ajustes dos passivos a esses planos diretamente no resultado.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2005.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Empresa em 31 de dezembro de 2005 e 2004, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

Table with sections a) Conciliação dos ativos e passivos, b) Movimentação do passivo atuarial, c) Movimentação do ativo do plano, d) Despesa prevista para, e) Premissas atuariais. Each section has columns for 2005 and 2004.

22. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Table with columns for Risco, Início da Vigência, Término da Vigência, Importância Segurada, and Prêmio. Rows include Incêndio - Óleo Combustível, Responsabilidade Civil - Geral Operacional e Atividades, Responsabilidade Civil - Danos Pessoais Embarcações, and Seguro Acidentes Pessoais - Coletivo.

- (1) Apólice em processo de renovação no início de 2006.
(2) Apólice já renovada em 2006 pelo período de um ano.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Empresa procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

23.1 Considerações sobre Riscos
O negócio da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:
Risco de Crédito:
O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais na qualidade de concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização da ANEEL, inclusive com a possibilidade de intervenção de intervenção na concessão, e pelo fato de não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis.

23.2 Valoração dos Instrumentos Financeiros
Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Empresa em 31 de dezembro de 2005 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:
a. Disponibilidades/Aplicações financeiras - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Empresa.
b. Valores a receber - Energia livre e Valores a pagar - energia - Estes créditos e débitos decorrem basicamente da venda de energia livre durante o período de racionamento e de transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE) e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas pelo MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data do balanço.

A Empresa não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

24. FATOS RELEVANTES

DECISÃO DO STF - COFINS E PIS

O Supremo Tribunal Federal, em 09 de novembro de 2005, por maioria de votos julgou pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 29/11/1998, que trata da cobrança da COFINS e PIS sobre todas as receitas que passou a incluir também as receitas financeiras.

A EMAE recolheu no período de dezembro/00 a novembro/02 a título de PIS sobre receitas financeiras R\$ 191 e de dezembro/00 a janeiro/04 R\$ 1.815 a título de COFINS sobre receitas financeiras, valores estes atualizados até 31/12/2005. A Empresa ingressou com processo visando à restituição dos valores pagos dessas contribuições por parte da Secretaria da Receita Federal - SRF.

continua

→ continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E
SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Valores em milhares de reais)		ANEXO II DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Valores em milhares de reais)	
	2005	2004	
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:			GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	(53.073)	9.180	Receitas
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa proveniente das operações:			Receitas operacionais.....
Depreciação.....	37.596	37.172	197.620
Variações monetárias de empréstimos.....	5.528	6.392	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - reversão.....
Baixas do ativo imobilizado.....	5	140	353
Provisões não operacionais - FINAM.....	1.755	-	Resultado não operacional.....
Outras.....	56	-	(784)
(Reversão)/provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	(353)	(864)	197.189
(Aumento)/diminuição em contas a receber de consumidores/revendedores.....	13.885	4.471	Menos:
(Aumento)/diminuição em valores a receber - Energia livre.....	7.220	3.002	Insumos
(Aumento)/diminuição em valores a receber.....	(2.889)	(18.230)	Energia de curto prazo - CCEE.....
(Aumento)/diminuição em tributos e contribuições compensáveis.....	2.002	5.728	7.456
(Aumento)/diminuição em tributos e contribuições diferidos.....	4.917	3.567	Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....
(Aumento)/diminuição em cauções e depósitos vinculados.....	457	(844)	3.237
(Aumento)/diminuição em almoxarifado.....	(368)	451	Combustível p/ produção de energia - CCC.....
(Aumento)/diminuição em outros créditos.....	(1.197)	(1.517)	58.091
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas.....	(3.508)	2	Encargos de uso da rede elétrica.....
Aumento/(diminuição) em fornecedores.....	1.136	2.867	12.265
Aumento/(diminuição) em obrigações estimadas/folha de pagamento.....	(222)	-	Serviços de terceiros.....
Aumento/(diminuição) em tributos e contribuições sociais.....	(3.111)	2.841	18.012
Aumento/(diminuição) em entidade de previdência a empregados.....	(7.913)	6.833	Materiais.....
Aumento/(diminuição) em valores a pagar - energia.....	(4.196)	140	5.187
Aumento/(diminuição) em encargos de uso da rede elétrica.....	-	(4.645)	Outros custos operacionais.....
Aumento/(diminuição) em taxas regulamentares.....	1.073	(1.017)	7.931
Aumento/(diminuição) em provisões para contingências.....	1.272	5.634	112.179
Aumento/(diminuição) em outros passivos.....	842	(1.287)	85.010
	(1.358)	60.016	VALOR ADICIONADO BRUTO.....
			47.414
Caixa utilizado nas atividades de investimentos:			Retenções
Aplicações no imobilizado.....	(9.949)	(34.295)	Depreciação.....
			(37.596)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento:			VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....
Amortização de empréstimos e financiamentos.....	(13.455)	(13.195)	47.414
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes a caixa.....	(24.762)	12.526	TRANSFERÊNCIAS
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício.....	35.356	22.830	Receitas financeiras.....
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício.....	10.594	35.356	19.663
			Superávit técnico atuarial - Fundação CESP.....
			7.843
			Ativo regulatório - COFINS/PIS.....
			5.123
			Provisão para realização de créditos.....
			(12.097)
			Imposto de renda e contribuição social diferidos (realização).....
			(4.917)
			15.615
			63.029
			VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....
			DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
			Pessoal:
			Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS).....
			66.735
			Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano.....
			2.940
			Entidade de previdência a empregados - Contrato (nota 15).....
			16.416
			86.091
			Governos:
			COFINS/PIS.....
			15.061
			CPMF.....
			1.112
			Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....
			-
			INSS.....
			8.418
			ICMS.....
			545
			25.136
			Financiadores e alugueis:
			Juros e encargos de dívidas.....
			2.401
			Variações monetárias líquidas.....
			(1.078)
			Arrendamentos e alugueis.....
			924
			2.247
			Intrasetoriais - RGR.....
			2.628
			116.102
			103.440
			53.073
			9.180
			63.029
			112.620

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
MAURO GUILHERME JARDIMARCE

VICE-PRESIDENTE
RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

ANTONIO CARLOS RIZEQUE MALUFE
CARLOS PEDRO JENS
CARLOS ROGÉRIO ARAÚJO
FERNANDO CARVALHO BRAGA
FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
FERNANDO VASCO LEÇA DO NASCIMENTO
GUSTAVO DE SÁ E SILVA

LUIZ DE FREITAS BUENO
LUIZ TACCA JÚNIOR
MARCELO SILI REIS
MARTUS ANTONIO RODRIGUES TAVARES
NELSON VIEIRA BARREIRA
WALTER CAVEANHA

DIRETORIA

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
DIRETOR PRESIDENTE

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

HILTON PAULO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO

ROBERTO BAPTISTA DA SILVA
CONTADOR - CRC 1SP171532/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao que dispõe os itens I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria no Parecer dos Auditores Independentes, observado o parágrafo 5º, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2006

Arthur Corrêa de Mello Netto
Maria Constança Figueiredo

Vanildo Rolando Neubauer

Atilio Gerson Bertoldi
Mary-Annie Cairns Guerrero

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
São Paulo - SP

- Examinamos o balanço patrimonial da **EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Empresa avalia no momento os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo Modelo Setorial, e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da Administração da Empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir rentabilidade a suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 843.165 mil em 31 de dezembro de 2005, e é composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden e pela Usina Termelétrica Piratininga. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajustes em virtude dessas incertezas.
- O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos e as informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 04 de março de 2005, foi emitido sem ressalvas, contendo um parágrafo de ênfase sobre as limitações legais das operações da Usina Hidrelétrica Henry Borden, cuja realização do valor contábil dos seus ativos dependerá do sucesso de suas operações futuras.

São Paulo, 08 de março de 2006

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/O-2 "T" SP

Deloitte.